

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.770.216 - RJ (2020/0258591-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : EDUARDO SEBASTIAO ALVES BATISTA
ADVOGADO : GABRIELA RODRIGUES ALVES BATISTA - SE006572
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : MANOEL JOAO GONCALVES FILHO
INTERES. : MARLY ALMEIDA GONCALVES
ADVOGADO : GABRIELA RODRIGUES ALVES BATISTA - SE006572

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por EDUARDO SEBASTIAO ALVES BATISTA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE TERCEIRO. HONORÁRIOS. NÃO CABIMENTO. MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE. RECURSO IMPROVIDO I - Cuida-se de recurso de agravo interno interposto por EDUARDO SEBASTIÃO ALVES BATISTA, às fls 109/125, contra decisão de fls. 102/106, que negou provimento ao seu recurso de apelação. O recurso foi interposto contra sentença de fls 51/52 que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC, por insubsistência de interesse processual. Os embargos de terceiro foram ajuizados por MANOEL JOÃO GONÇALVES FILHO e MARLY ALMEIDA GONÇALVES contra a UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, por meio dos quais pretendem cancelar a indisponibilidade do imóvel matrícula 26.797, do Cartório do 2º Ofício do Rio de Janeiro/RJ, situado na Rua Duque Estrada, 46/1002, Gávea, oriunda da execução fiscal n. 99.0905120-6. O patrono dos autores, inconformado com a sentença, interpôs apelação requerendo a reforma da decisão, relativamente a os honorários. Tendo sido julgado o recurso, o agravante manifesta seu inconformismo, reiterando os termos de sua apelação no sentido de que a União manifestou interesse na penhora indevida, quando citada para contestar os Embargos de Terceiros interpostos sob o patrocínio do Agravante.

II — Quanto aos honorários, sua fixação deve seguir o princípio da causalidade, que informa a responsabilidade do sucumbente em arcar com as despesas advindas do processo. (AgRg no REsp

n.

1.001.516/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 06/2/2015.) Em sede embargos de terceiros, o princípio restou consignado no seguinte verbete: Verbetes nº 303/S7J: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios."

III - Ocorre que, a causa da constrição não foi motivada diretamente pela Fazenda. Tal fato restou claro quando o magistrado a quo sobre isso dispôs em sede de embargos de declaração interpostos pelo autor.

Veja-se: No caso em tela, não ver fco a ocorrência de quaisquer das hipóteses ensejadoras do recurso em apelo, uma vez que a decisão objurgada encontra-se devidamente fundamentada, com a apreciação de todos os pontos controvertidos considerados relevantes — e suficientes — para o julgamento da demanda.

De fato, conforme se verifica dos autos do processo principal (0905120- 28.1999.4.02.5113), às fls.

276/279, o uízo deferiu a indisponibilidade genérica dos bens dos devedores citados (IND DE LATICINIOS BEMPOSTA LIDA, JOSÉ GABRIEL DE SOUZA e MARCO ANTÔNIO ALMEIDA GONÇALVES). Posteriormente, a fim de efetivar a medida, foi expedido ofício à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que, por equívoco, mencionou o nome do embargante dls. 302/303 daqueles autos). Neste caso, conforme já exposto na sentença atacada e apesar dos valiosos argumentos expostos pelo recorrente, incabível a condenação da UNIÃO em honorários, pois ausente a relação de causa e efeito entre sua conduta e a instauração do presente processo de impugnação.

IV — Portanto, a sentença deixou clara a impossibilidade de aplicação do princípio da causalidade em desfavor da União uma vez que a apelada não participou da constrição levada a efeito. Assim, o erro do Judiciário não pode ser imputado à União para fins de condenação em honorários.

V - Os argumentos do agravante não têm o condão de modificar a decisão agravada. O que resulta do recurso é o manifesto inconformismo da parte com o resultado da prestação jurisdicional.

VI - Agravo Interno de EDUARDO SEBASTIÃO ALVES BATISTA, improvido.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não

permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial.

Esse entendimento possui respaldo em jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que no julgamento do AgInt no AREsp 1.479.509/SP, relator Ministro Francisco Falcão, assim definiu:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ART. 1.029 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

III - Conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a "demonstração do cabimento do recurso interposto". Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador. Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: "O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão.

[...] (Segunda Turma, DJe de 22/11/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro

Superior Tribunal de Justiça

Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013; AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente